

Autogestão e Informação

Karl Jensen

Alguns militantes políticos e intelectuais insistem sobre o caráter fundamental do problema da “comunicação” ou da “informação”, dos meios de comunicação e da “indústria cultural”. As tendências mais críticas se inspiram na chamada Escola de Frankfurt, especialmente nas obras de Adorno e Horkheimer sobre a “indústria cultural”. Aqui se nota um atraso de décadas na elaboração intelectual da esquerda radical – e das esquerdas em geral e de todo o movimento oposicionista. Esse atraso se encontra na falta de uma crítica fundamentada – seja por um grande teórico revolucionário – aliás, um dos artigos mais em falta no mercado capitalista de produção cultural – e de grupos ou forças políticas que consigam ir além do imaginário frankfurtiano, que, em que pese algumas colaborações, se mostra totalmente insuficiente, desatualizado e sem base teórica marxista, o que lhe deixa como algo muito pobre para desenvolver uma análise das superestruturas no capitalismo. Essa incapacidade crítica, aliada à falta de análises marxistas sobre a informação e a comunicação, completam um quadro sombrio de um dos fenômenos superestruturais mais importantes da sociedade capitalista, pois é um dos principais elementos no processo de reprodução do capital.

Por isso a necessidade de pelo menos começarmos a esboçar um avanço nesse sentido nos dias atuais. Um amplo programa de pesquisa revolucionário que deve conter: a) uma crítica e superação da produção da Escola de Frankfurt; b) uma elaboração de uma teoria da produção capitalista de comunicação; c) uma elaboração de um projeto de intervenção revolucionária no sentido de abrir a possibilidade de esboçar – *dentro e contra o capitalismo* – uma nova forma de comunicação e informação.

Isso tudo, no entanto, depende de uma perspectiva política radical, revolucionária, autogestionária. Nesse sentido, precisamos começar a incentivar esse

processo. Não temos a ambição de fazer isso aqui, mas tão-somente mostrar essa necessidade e a possibilidade de sua concretização através de uma breve reflexão sobre o problema da informação e sua relação com a autogestão.

A produção da informação é realizada pelos meios de produção da informação e estes são predominantemente meios capitalistas de produção, pois são propriedade privada – individual ou coletiva –, e por isso é um empreendimento comercial voltado para a aquisição de lucro e sob forma burocrática. A burocracia é uma necessidade derivada do controle dos agentes do processo de produção da informação – pois são eles que fornecem/permitem o lucro e isto gera a necessidade de controle da informação. Logo, toda informação é selecionada e submetida a uma escala de valores (Rossana Rossanda). A produção da informação – jornais, TV e Rádio – é produto dos agentes da informação que não possuem os meios de produção e por isso são controlados pelos detentores deste. Os proprietários dos meios de produção da informação produzem uma hierarquia burocrática que permite o controle pela burocracia gerencial sobre os produtores da informação. Controle, seleção, valores, interesses, lucro, são algumas das palavras que explicitam as relações sociais envolvidas nesse processo.

A informação, assim, é uma mercadoria (Rossana Rossanda). Enquanto não houver uma socialização dos meios de produção da informação, a criação de novas tecnologias horizontais para sua produção e divulgação, não haverá solução para essa questão. A informação-mercadoria é produzida por fornecer lucro e é adquirida e revendida por que proporciona lucro. O seu valor de uso é apenas para os usuários, pois os produtores estão voltados para o seu valor de troca. O valor de uso, para estes últimos, só tem interesse na medida em que permite a realização do valor de troca.

O problema jurídico-legal da produção e divulgação da informação coloca, necessariamente, a relação entre Estado e capital (produtor de informação-mercadoria) no interior do capitalismo. A concepção liberal aponta para a liberdade do mercado das informações e para a defesa da propriedade privada dos meios de produção da informação; a concepção burocrática (bolchevique) aponta para a estatização dos meios de produção da informação; a concepção individualista de esquerda defende uma liberalização total da informação (“tudo pode ser dito”, já dizia o situacionista Raol

Vaneigen). A primeira posição é tipicamente conservadora, burguesa e serve apenas aos interesses da classe dominante e do setor que atua na produção da informação. A segunda posição é tipicamente burocrática e apenas revela, mais uma vez, os interesses de um bando de burocratas ávidos pelo poder e por substituir a burguesia no controle da sociedade e do capital. A terceira posição revela um individualismo exacerbado que desconsidera a concreticidade das relações sociais e de tudo que está envolvido nisso, inclusive os males psíquicos dos indivíduos, a mercantilização geral da sociedade, o burocratismo, o próprio individualismo do qual é uma expressão esquerdizante e a luta de classes, pois se “tudo pode ser dito”, quem vai dizer e tem os meios para dizer são as classes privilegiadas e, especialmente, os donos do capital. A regularização estatal e o mercado disputam o poder de informar o que querem e a verdadeira luta não é “liberar” tudo e sim uma política proletária de classe, visando o controle da maioria da população sobre a produção da informação e sua divulgação, mesmo que seja apenas parcial. Isso, inclusive, politizaria a questão, algo fundamental na luta proletária.

Nos limites impostos pelo capitalismo, o que se deve exigir é o pluralismo informacional controlado pela população e, portanto, não totalmente liberado e nem controlado pelo Estado, capital e burocracia (entendida aqui como uma classe social e que está dispersa em diversas empresas e instituições, incluindo partidos de esquerda e sindicatos supostamente de trabalhadores). O pluralismo informacional permite as mais diversas formas de produção e divulgação da informação e o controle populacional permite impedir os excessos, o uso fascista e nazista, e, ao mesmo tempo, permite que o movimento revolucionário tenha espaço e possa usar a informação como meio de lutar pela hegemonia.

Aqui se produz um espaço para a criação da “informação revolucionária” (Rossana Rossanda), na qual há também um processo de produção (dependendo do contexto mercantil ou não-mercantil, ou seja, com valor de troca ou não, dependendo dos meios de produção da informação e divulgação disponíveis), que também realiza uma seleção, mas a partir de outra escala de valores, outros objetivos, o processo de transformação social sendo o objetivo final. O pluralismo informacional permite que grupos e indivíduos tenham seu canal de informação e o controle populacional garante

essa pluralidade sem permitir o uso reacionário, fascista e nazista dos mesmos. Os grupos revolucionários, de jovens e trabalhadores, entre outros, podem ser articulados e criar uma associação mais ampla e, nesse contexto, se tornar uma força comunicativa importante e que contribui com o processo revolucionário de forma mais efetiva.

Por fim, algumas breves palavras sobre a relação da informação com a autogestão. Esse pluralismo informacional sob controle da população não é autogestão – a não ser nas formas deformadas deste termo. Ela não é, tão pouco, uma realidade. É um objetivo imediato visando fortalecer a luta pelo objetivo final, que é a sociedade comunista, sem classes e sem estado, a autogestão. Por isso, é uma proposta nos marcos do capitalismo visando gerar uma correlação das forças favorável ao movimento revolucionário para superá-lo. O pluralismo é uma necessidade, pois o monopólio estatal ou do capital deve ser combatido, mas, no entanto, seria ilusório propor sua abolição imediata no interior do capitalismo, pois o movimento revolucionário não possui força para isso. O controle da população é condição para que haja tal pluralismo, para que os usos nazifascistas não existam, para que o Estado e o capital não voltem a monopolizar a produção e divulgação da informação. A ideia é que com esses dois elementos, o movimento revolucionário (o conjunto de indivíduos e grupos – tanto políticos, de jovens, de trabalhadores, quanto de produtores de informação e outros tipos de grupos – que possuem uma posição revolucionária) pode ter uma presença mais forte e possa, junto com as lutas operárias, conseguir alterar a correlação de forças e que isso possa gerar um processo de substituição do controle populacional por uma autogestão coletiva dos meios de produção e divulgação da informação no contexto de uma autogestão coletiva generalizada.

Essa modesta contribuição traz mais questões do que soluções, pois muitos aspectos precisam de desenvolvimento e reflexão mais aprofundada. E cada elemento aqui discutido precisa ser aprofundado, teorizado, desenvolvido e isso é apenas um item do amplo programa de pesquisa revolucionário e de elaboração coletivo de um projeto revolucionário sobre comunicação em geral e informação em particular. Contudo, nada nasce pronto. A árvore é o objetivo, mas sem a semente ela nunca existirá.